

Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos.

As escolas profissionais foram criadas, em Portugal, no ano de 1989, por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho (embora rapidamente viessem a ficar sob responsabilidade apenas do Ministério da Educação). A inovação educacional teve origem na publicação de um normativo, no Diário da República (o Decreto-Lei n.º 24/89, de 21 de Janeiro) e na mobilização simultânea de actores sociais da sociedade portuguesa, públicos e privados. O normativo apenas definiu o modelo do novo tipo de escola, enquanto a mobilização social, promovida por um novo serviço central do Ministério da Educação, também criado em 1988¹, procurava suscitar a adesão da sociedade, uma vez que estas escolas deveriam ser criadas não directamente pelos Ministérios (pelo Estado), mas nasceriam sempre como o resultado de um contrato-programa entre o Estado e um conjunto de parceiros locais.

Vários foram os elementos de inovação social que esta iniciativa política encerrou. Vejamos muito sinteticamente alguns deles, de carácter mais institucional: (i) quebrou-se a perspectiva do monopólio estatal na oferta pública e institucional de ensino e investiu-se numa nova via de parceria entre Estado e sociedade civil, capaz de mobilizar a cooperação de muitos actores sociais locais para a educação das populações, sob o modelo de contratos-programa; (ii) instituiu-se um modelo de gestão autónoma e privada destas instituições, sob o signo da confiança e sem prejuízo da natureza pública da sua actividade, natureza esta inequivocamente inscrita na matriz normativa que criou as escolas profissionais; (iii) muitas instituições e inúmeras competências de empreendimento e de cooperação ainda “dormentes” foram despertadas na sociedade portuguesa, em liberdade, constituindo âncoras locais para o fomento do ensino profissional e do desenvolvimento sociocomunitário; (iv) criou-se uma nova oportunidade educativa que foi amplamente procurada ao longo de muitos anos por uma população jovem que se encontrava motivada para a realização de um percurso de formação inicial mais curto (podendo incluir ou não o acesso ao ensino superior), mais prático e articulado com os seus contextos de vida e capaz de promover a sua participação cidadã e a sua integração social e profissional.

Efectivamente, a adesão da sociedade portuguesa, inesperadamente convocada para a participação numa nova oferta pública de ensino de nível secundário, foi entusiasta, forte e persistente. Só assim se

¹ O novo serviço central foi criado em Novembro de 1988, pelo Ministro da Educação Roberto Carneiro, e chamou-se GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional. Esclareça-se, antes de mais por uma questão de transparência, que o autor deste texto foi o Director-Geral deste novo serviço central, durante cinco anos, e foi responsabilizado pela criação das escolas profissionais. Mais tarde, em 1992 e 1993, foi membro do Governo, também com a responsabilidade de coordenação desta área da política educativa.

explica o crescimento rápido destas escolas nos três primeiros anos (que passaram de 0 a 168, nos quatro primeiros anos). Mais de duzentos novos parceiros sociais (Azevedo, 1994, p. 119) surgiram logo inicialmente envolvidos na criação e desenvolvimento destas escolas, criando autênticos “terceiros lugares” em muitas comunidades locais do país (Oldenburg, 2001).

A participação real de redes de actores locais

Como afirmou Roberto Carneiro, “a natureza local e descentralizada do desafio libertou entusiasmo e vitalidade participativa nos mais diversos interstícios da sociedade civil, cultural e económica” (Carneiro, 2004, p. 50). Desde o início que se procurou incentivar a participação de actores sociais em redes locais de contactos, de solidariedades e cumplicidades, de investimentos e sonhos de desenvolvimento e de um futuro melhor. Estas redes surgiram efectivamente e os promotores das escolas profissionais acabaram por ser, ao longo destes vinte anos, o principal esteio da sua sobrevivência, lutando, por vezes em circunstâncias adversas, pela manutenção destas novas instituições dinamizadoras do desenvolvimento social. Se há heróis em todo este processo, eles são os promotores das escolas profissionais, essas centenas de instituições da sociedade portuguesa e de portugueses que se dedicaram à promoção do bem comum. Como Camus disse um dia, eles são heróis porque são “gente comum que faz coisas extraordinárias por simples razões de decência”.

Os cursos que as escolas profissionais oferecem continuam a ser muito importantes, volvidos vinte e um anos desde a sua criação. Sobretudo porque contribuem para a motivação e para a realização pessoal de muitos milhares de jovens portugueses. Essa é a sua mais importante razão de ser. Vi muitos destes jovens, muito desmotivados em relação à continuação de estudos e mesmo em relação à vida e ao futuro, ganharem nova coragem e força de viver ao aderirem a estes cursos e que hoje são profissionais muito realizados e melhores pessoas.

Claro que a criação dos cursos profissionais também qualifica os jovens numa dada área do saber técnico e profissional, ao mesmo tempo que se desenvolvem globalmente como pessoas. Assim sendo, os cursos devem conter alguma articulação com os mercados de trabalho.

No entanto, com a mobilidade que se está a gerar no mundo e no trabalho, as escolas profissionais cedo se deram conta de que qualificam para a vida e não apenas para o mercado local de trabalho. E o que vai ser e onde vai decorrer a vida laboral, os próximos cinquenta anos de exercício profissional, destes jovens? Não se sabe. Por isso, a qualificação não deve estar cegamente dependente apenas de solicitações locais, mas da leitura das tendências de evolução das sociedades e dos mercados de trabalho, em geral. Temos de estudar, ler sinais, apontar e cruzar tendências e modos de ver, estar atentos a economistas e sociólogos, mas também a filósofos e escritores...

A inovação curricular: ciclos de estudo e sistema modular

As escolas profissionais nunca foram e não são “escolas para os pobres” e para quem não pode ir para o liceu, para quem tem de ser “seleccionado” aos dez anos de idade; são escolas que oferecem oportunidades mais completas de desenvolvimento humano, contando nos seus planos de estudo, além da formação técnica específica, com uma formação sociocultural e científica, devidamente adequadas; são escolas onde os alunos são pessoalmente apoiados e onde a progressão de estudos se faz por módulos (pequenos conjuntos de aprendizagens que têm de ser alcançadas por todos) e não por disciplinas anuais; são escolas abertas ao mundo e não pretendem reproduzir dentro de si os modelos fabris, industriais e antigos; são escolas que acompanham os seus alunos um a um, cuidando de cada rosto. Acolhem todos e a cada um dá a devida atenção, como instituições educativas.

O sistema modular em que se organizaram os cursos profissionais correspondia a uma quádrupla aposta educativa, alicerçada numa perspectiva humanista e construtivista: (i) responsabilizar mais os alunos pelo desenvolvimento dos seus itinerários de aprendizagem e favorecer a aquisição de mais confiança e autonomia pessoal; (ii) inovar pedagogicamente, pois amplia-se imenso o campo de construção criativa de soluções flexíveis e adequadas a cada escola e curso, e a cada caso individual, mobilizando todos os recursos disponíveis, na escola e na comunidade envolvente; (iii) potenciar o sucesso educativo, pois a avaliação e a progressão escolar sustentam-se em saberes e competências efectivamente adquiridos, incrementam a recuperação de quaisquer “atrasos” e evitam o arrastamento do insucesso; (iv) desenvolver nas escolas competências e ambientes pedagógicos fundamentados, autónomos, flexíveis e criativos (Orvalho, 2003).

A organização modular representa, como dizíamos em 1992 (NACEM, 1992, p. 15), um dos elementos matriciais do projecto educativo das escolas profissionais: “tratava-se de uma forma de centrar a aprendizagem sobre a pessoa do aluno; cada módulo identifica objectivos, meios e tarefas e propõe a avaliação; não há alunos deixados ‘por conta’, mas a todos se criam condições de progressão de um módulo a outro, reforçando-se de imediato eventuais lacunas; respeita-se a diversidade de ritmos e de situações de ensino-aprendizagem de cada educando; rendibilizam-se todas as aquisições feitas pelo aluno, consagrando tudo o que ele já sabe; desenvolve-se muito o sentido de responsabilidade individual e até a cooperação inter-alunos; perante as tarefas a realizar o aluno sabe o que fazer e torna-se claro que lhe cabe o principal papel na consecução da aprendizagem.”

Cinco pilares do sucesso institucional das escolas profissionais

O sucesso do ensino profissional, a despeito de não estar amplamente investigado (veja-se, apesar disso, Marques, 1994; Alves, 1996b; Vieira, 2007), pode sustentar-se em cinco elementos centrais:

1. *A dimensão de cada escola e a relação pedagógica que ela potencia*: tal como se deixou claro no Quadro 2, a dimensão das escolas profissionais potencia um acompanhamento mais personalizado de cada um dos seus alunos, apoiando-os na sua progressão escolar, no seu desenvolvimento humano e na

sua inserção socioprofissional. Este acompanhamento é crucial para a prática de uma diferenciação pedagógica capaz de reforçar os princípios da perfectibilidade e educabilidade de cada ser humano;

2. *O modelo pedagógico*: entre outros aspectos, as escolas profissionais adoptaram, consequentemente, um modelo de progressão por módulos e por ciclos de aprendizagem de três anos (Perrenoud, 2004), modelo este mais adaptado a uma progressão exigente e contínua, proposta em plena adolescência juvenil, com definição de tarefas claras, sequenciais e progressivas, que impede um aluno de “cair” ou “arrastar-se” num percurso de insucesso, por três, quatro ou mais anos, e abandonar a escola sem qualquer qualificação;

3. *A ligação à comunidade local*: estas escolas, de iniciativa local e comunitária, têm favorecido uma boa articulação com o contexto social e económico local, integrando os alunos na sociedade e colocando-os em estágios, experiências de trabalho, visitas de estudo, além de facilitarem a construção de projectos que interessam à comunidade, pois são obrigados a realizar Provas de Aptidão Profissional, trabalho de projecto com que todos têm de finalizar os seus cursos, defendendo estes projectos diante de um júri, que contém elementos externos às escolas. A chave de ouro chama-se compromisso local interinstitucional e interprofissional;

4. *O regime de administração e gestão*: estas escolas funcionam num regime de muito mais liberdade e autonomia do que as escolas secundárias, autonomia pedagógica, administrativa e financeira a que corresponde uma maior responsabilização e uma exigência contínua em termos de prestação de contas (basta lembrar a quantidade de vezes que as escolas profissionais têm sido fiscalizadas e auditadas, comparativamente com as escolas secundárias), prestação de contas esta que é realizada imediatamente à comunidade local e imediatamente aos serviços da administração educacional. O princípio básico chama-se confiança nos actores sociais e na sua capacidade de cooperação;

5. *O regime de certificação*: o diploma de técnico atribuído pelas escolas profissionais confere uma equivalência ao nível secundário (e consequentemente ao 12.º ano) e permite a cada aluno, além de uma procura de emprego, e se o pretender, candidatar-se a prosseguir os seus estudos, realizando para tanto, e adicionalmente, a preparação para os exames nacionais (aqui reside uma diferença importante face aos cursos tecnológicos, pois os alunos destes cursos têm sempre de realizar estes exames nacionais para concluírem os seus cursos técnicos de ensino secundário, numa espécie de dupla titulação).

Cursos profissionais nas escolas secundárias: andar acelerado e bem...

Sobre a recente criação e proliferação dos cursos profissionais nas escolas secundárias importa sublinhar alguns pontos. Bati-me pelo alargamento dos cursos profissionais aos jovens que frequentam as escolas secundárias. Se esta modalidade de formação tem mais sucesso e tem provas dadas, então porque não criar outras oportunidades para mais jovens a poderem frequentar? Mas sempre disse que

esse passo teria de ser dado com o maior cuidado, pois uma escola secundária e uma escola profissional são instituições muito diferentes, não basta querer dar esse passo, é preciso poder dá-lo sem cair num buraco.

Na verdade, não é assim tão simples reproduzir, numa escola secundária, o “ethos” de uma escola profissional, desenvolvido através de um árduo trabalho ao longo de vinte anos, sendo além disso, desde a sua origem, uma instituição que nasceu muito diferente, com outra marca institucional e educacional. Alargar o ensino profissional é bom, desde que se salvaguardem as condições do seu sucesso, que são, em grande parte institucionais. O fato faz o monge, diz o povo!

O que acontece é que o ME, desde 2005, tomando por base uma experimentação que se estava a realizar, disparou a criação destes cursos nas escolas secundárias, impondo a sua abertura a torto e a direito, em antigos liceus (que nunca deixaram culturalmente de o ser) e em escolas novas com ensino secundário e sem qualquer cultura de ensino profissional, sem qualquer programa de formação dos directores e dos docentes, sem programa publicamente debatido e escrutinado de equipamentos e instalações para tão grande número de cursos.

Há muitas escolas secundárias que estão a fazer um bom aproveitamento desta oportunidade de ampliação das suas ofertas educativas. Mas uma grande parte está, com os cursos profissionais que lhes impuseram, a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Aquilo a que chamamos ensino profissional em Portugal não é isto e tem vinte e um anos de provas dadas. Era possível e fácil ter sido percorrido outro caminho. Este está a gerar a descredibilização do ensino profissional, mais do que a sua credibilização como percurso escolar de qualidade para qualquer jovem. E isso é grave, muito grave, porque corremos o risco de estarmos a andar para trás.

Tive oportunidade de arguir uma dissertação de Mestrado de Filomena Ramos que versa sobre a recente introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias. A investigação incide sobre duas escolas secundárias e sobre duas escolas profissionais, comparando os resultados obtidos junto de alunos e professores dos cursos profissionais, foi realizado junto de alunos e professores, em entrevistas semiestruturadas, no ano lectivo 2007/08, e foi defendida no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Deixo aqui, pela sua actualidade, algumas conclusões e reflexões deste trabalho, que são apenas da minha responsabilidade. A comparação dos resultados das entrevistas entre escolas secundárias e profissionais fornece dados muito interessantes.

Verifica-se haver uma maior motivação de alunos e professores nas escolas profissionais. Quanto aos alunos, a razão da sua frequência deste tipo de ensino encontra-se fragilmente suportada em projectos vocacionais e resulta mais, nas escolas secundárias, de trajectos escolares prévios e precocemente orientados para vias alternativas de formação, rotuladas como vias para os “meninos do insucesso”.

Sobre a criação dos cursos profissionais nas Escolas Secundárias verifica-se, em concreto:

- a existência de várias dificuldades na implementação destes cursos (pedagógicas, de equipamentos, de formação dos docentes, de ligação ao meio socioeconómico, de saída para o mercado de trabalho...);
- que os cursos profissionais (CP) tendem a destinar-se prioritariamente aos “alunos do insucesso”, em boa medida como continuidade dos cursos CEF;
- que não houve preparação prévia (ou um processo experimental e incremental), no que respeita sobretudo aos docentes e às escolas como organizações, em particular as que nunca foram vocacionadas para este tipo de ensino;
- que os CP contribuem hoje para reduzir o abandono escolar, estancar os jovens nas escolas, mas não estão a reduzir o insucesso, o que remete para questões de fundo não resolvidos, relativas ao acompanhamento escolar dos percursos de cada aluno e de todos os alunos;
- que os serviços de Psicologia e Orientação intervêm muito nas escolas em causa, mas a sua acção é criticada pelos alunos e pouco eficaz;
- que a criação dos CP nas Escolas Secundárias veio resolver um problema de progressiva falta de alunos e de excesso de professores, o que veio agradar a várias partes, mais do que corresponder a uma decisão interiorizada pelas escolas secundárias que lançam os cursos profissionais.

Como notas para discussão no espaço público, deixo três observações:

- a) Corre-se um grande risco de perda das virtualidades históricas do ensino profissional, ao transpô-lo para as escolas secundárias sem o devido cuidado, sem a criação de condições “culturais” e por ruptura, imposta pela administração (na maioria dos casos). O risco é de perda de identidade do ensino profissional, identidade essa que se forjou ao longo de 21 anos, com reconhecido sucesso; urge avaliar o que está a ocorrer e actuar depressa, ainda com mais urgência do que abrir cursos profissionais de qualquer modo em escolas secundárias;
- b) O mercado de trabalho pode vir a criar uma forte clivagem entre os diplomados pelas EP e pelas ES, desvalorizando o “valor facial” dos diplomados por estas, o que pode vir a agravar a procura e aumentar ainda mais o insucesso. Nesse caso, será que a solução de criar CP em todas as escolas secundárias é uma boa solução educativa para cada escola?
- c) Se não se redefinir uma rede concelhia e interconcelhia que evite canibalismos na rede (entre escolas profissionais, escolas secundárias, centros de formação profissional, etc.), as escolas profissionais (porque privadas e responsabilizadas por “roubarem” os alunos às ES) serão conduzidas ao seu progressivo encerramento. A autora afirma: “considerando esta nova conjuntura, afigura-se-nos que a sobrevivência das escolas profissionais pode estar em perigo. Torna-se, por isso, imperioso que o Estado defina sem ambiguidades qual o papel que lhes reserva”. Eu acrescentaria, o Estado e todos nós.

Revista Formar, nº 72 (JUL/AGO/SET), ano 2010 (págs. 25 – 29)

IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional

Joaquim Azevedo

O ensino profissional foi uma grande conquista da sociedade portuguesa, numa dinâmica ímpar de cooperação entre Estado, a iniciativa privada e o terceiro sector. Que não venha agora o Estado, volvidos mais de vinte anos, transformar uma conquista social numa derrota para todos.

Joaquim Azevedo

Professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa e membro da Comissão Coordenadora do Conselho Nacional de Educação